



ANDRESSA RODRIGUES LOPES

**CONSTRUÇÃO DE PAPÉIS DE GÊNERO NA INFÂNCIA DE CRIANÇAS
BRASILEIRAS**

SÃO LOURENÇO - MG

2023



ANDRESSA RODRIGUES LOPES

**CONSTRUÇÃO DE PAPÉIS DE GÊNERO NA INFÂNCIA DE CRIANÇAS
BRASILEIRAS**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em modalidade de artigo científico, apresentado ao Curso de Graduação em Psicologia Faculdade de São Lourenço - MG, para obtenção do Título de Psicólogo.

Orientadora: Professora Ma. Mariana Carla Freitas.

SÃO LOURENÇO - MG

2023

FOLHA DE APROVAÇÃO
ANDRESSA RODRIGUES LOPES

CONSTRUÇÃO DE PAPÉIS DE GÊNERO NA INFÂNCIA DE CRIANÇAS
BRASILEIRAS

Trabalho apresentado à Faculdade São Lourenço, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

São Lourenço, 14 de Outubro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Mariana Carla Freitas
Mestre em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência – UFMG
Professora do Curso de Psicologia Faculdade São Lourenço - UNISEPE

Leandro Ferreira Santos
Mestre em Educação – UFMG
Professor do Curso de Psicologia Faculdade São Lourenço - UNISEPE

Flavia Luciano Santos
Especialista em Avaliação Psicológica
Mestra em Linguagem, Cultura e Discurso - UNINCOR
Professora do Curso de Psicologia Faculdade São Lourenço – UNISEPE

SÃO LOURENÇO - MG

2023

CONSTRUÇÃO DE PAPÉIS DE GÊNERO NA INFÂNCIA DE CRIANÇAS BRASILEIRAS

MARIANA CARLA FREITAS¹

ANDRESSA RODRIGUES LOPES²

RESUMO

Papéis de gênero são construções sociais de modelos a serem seguidos que determinam o que é “coisa de mulher” e “coisa de homem” de acordo com o sexo de cada pessoa. Esses papéis são vistos como naturais e biológicos e essa ideia foi sendo cristalizada ao longo do tempo, porém, eles são construídos de acordo com a cultura de cada lugar. O bebê já é inserido em um papel de gênero desde a concepção, quando a família descobre se é menino ou menina e escolhe o enxoval, os brinquedos, as roupas, as cores de acordo com seu sexo biológico. Em seguida, na infância, esses padrões de comportamento são ensinados para as crianças através da família e escola, por meio da transmissão de valores, brincadeiras e reproduções midiáticas como filmes e desenhos, que são chamados de tecnologias de gênero. Foi utilizado o método de revisão narrativa de literatura para reunir informações sobre o tema. O objetivo da presente pesquisa é compreender de que modo as pesquisas brasileiras apresentam o processo de construção de gênero nas crianças e apontar algumas das consequências mais comuns decorrentes dessa “padronização”.

Palavras-chave: gênero; papel de gênero; infância; tecnologias de gênero.

ABSTRACT

Gender roles are social constructions of models to be followed that determine what is “a woman’s thing” and “a man’s thing” according to each person’s sex. These roles are seen as natural and biological and this idea has been crystallized over time, but they are constructed according to the culture of each place. The baby is already inserted into a gender role from conception, when a family discovers whether it is a boy or a girl and chooses the layette, toys, clothes, and color schemes according to their biological sex. Then, in childhood, these patterns of behavior are taught to children through the family and school, through the transmission of values, games and media reproductions such as films and drawings, which are called gender technologies. The method of narrative literature review was used to gather information on the subject. The objective of this research is to understand how Brazilian research presents the process of gender construction in children and to point out some of the most common consequences resulting from this "standardization".

Keywords: gender; gender role; infancy; gender technologies.

¹ Graduanda do 10º período do Curso de Psicologia da Faculdade de São Lourenço.

² Orientadora, graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, mestrado em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência pela Universidade Federal de Minas Gerais.

1 INTRODUÇÃO

Papel de gênero é o termo utilizado para definir um padrão de comportamento considerado adequado para homens e mulheres. Estabelecem o que é certo e o que é errado de acordo com a cultura de cada local (SILVA & BRABO, 2016). Esse modelo a ser seguido é construído no processo histórico de uma cultura e reproduzido por gerações quanto a diferenciação dos gêneros.

De um modo geral, o processo de gênero inicia-se na concepção do bebê, momento em que a família imagina o futuro da criança de acordo com seu sexo (ZANELLO, 2018). Ao descobrir o sexo biológico do bebê, a família planeja o enxoval, compra roupas e brinquedos, escolhe cores que correspondem ao gênero masculino ou feminino, restringindo qualquer possibilidade da criança desobedecer o papel de gênero imposto a ela mesmo antes do nascimento.

Portanto, é através da família que a criança tem o primeiro contato com as características consideradas como próprias de menino ou menina, “é no seio familiar que começam a se delinear os espaços que cada um pode ou não pode ocupar; na maioria das vezes, isso resulta em preconceitos distorcidos da realidade” (NASCIMENTO, 2016, p. 300).

Após a concepção, a criança experimenta por meio de brincadeiras os papéis de gênero, sendo possível observar os modelos culturais reproduzidos desde muito cedo (SAYÃO, 2003). Essa afirmação pode ser ilustrada quando a menina brinca de ser mãe e faz comida para as bonecas em suas panelinhas enquanto o menino é um super herói que vai salvar o mundo ou a donzela em perigo, dificilmente um menino brinca de cuidar, quando ocorre está atrelado às profissões de médico, bombeiro, policial e não ao papel de pai.

Ainda assim, na infância em alguns momentos as crianças conseguem transgredir esses papéis, de modo a experimentar brinquedos ou brincadeiras consideradas em desacordo com seu gênero, porém, “nesses contextos lúdicos, nem sempre a experimentação de alguns papéis é permitida pelos adultos, o que faz com que, em alguns momentos, meninos e meninas precisem se esconder e até mesmo enganá-los” (SAYÃO, 2003, p.73).

Ao crescer, a criança pode desenvolver um pensamento crítico que vai contra os papéis impostos (POCAHY *et al.* 2022), porém, na adolescência e vida adulta, a transgressão dos papéis de gênero gera altos custos para o indivíduo como o afastamento da família, prejuízos financeiros, psicológicos e emocionais. Ao mesmo tempo que escolher não divergir das normas sociais quando se encontram em desacordo com elas causam prejuízos semelhantes aos indivíduos.

Para a realização desse trabalho, foram utilizados apenas os gêneros masculino e feminino e as suas expressões, mas atualmente foram definidos diversos outros gêneros como transgênero, gênero fluído, poligênero, agênero, andrógino, entre outros.

O conceito de identidade de gênero, pode ser “entendido pelas possibilidades dos seres humanos de reconhecerem a si como pertinentes, ou não, de determinado gênero ou de possuírem características masculinas ou femininas, sem que deixem de pertencer ao que se constitui por homem ou mulher” (GONÇALVES & GONÇALVES, 2021, p. 2).

Portanto, é possível que indivíduos se identifiquem identitariamente e psicologicamente com as construções sociais atribuídas ao sexo oposto, que é o caso dos transgêneros ou que corresponda com essas construções sociais atribuídas ao seu sexo de nascença, chamados de cisgêneros (GONÇALVES & GONÇALVES, 2021).

Em relação à expressão de gênero, ela é revelada pelos gestos, pelos corpos, discursos e sentidos construídos sobre as diferenças entre masculino e feminino e é uma construção contínua (FRÓIS, 2020). A expressão de gênero, portanto, é a manifestação da identidade de gênero.

De acordo com FRÓIS (2020 p. 4), “a construção da expressão de gênero de meninos e meninas é realizada nas relações familiares, escolares, comunitárias e sociais amplas vividas pelas crianças”. A transformação e reinterpretação dos significados atribuídos ao masculino e feminino se inicia na infância e permanece durante toda a vida.

O gênero é a construção social de significados culturais, não há razão para se pensar que assim como o sexo, o gênero precise ser apenas dois (BUTLER, 1990). Gênero como construção social remete às regras sociais impostas pela sociedade e suas expectativas acerca das condutas que consideram adequadas a homens e mulheres e que são justificadas por um determinismo biológico SILVA & BRABO (2016).

O presente estudo possui relevância para a realidade brasileira atual, por reunir pesquisas de autores que demonstram como é realizada a construção dos papéis de gênero na fase da infância por meio das instituições sociais, e tecnologias de gênero como brincadeiras, músicas, desenhos e filmes que influenciam essa fase.

É importante refletir acerca do propósito dos papéis de gênero serem mantidos até os dias atuais e quem se beneficia desse padrão a ser seguido, nesse sentido:

Tais relações sociais entre a mulher e o homem configuram-se como relações de poder, de dominação, em que a construção social em torno de um sexo, ainda com a ausência do conceito de gênero, sobrepõe-se ao outro: a inferioridade feminina e a supremacia masculina, ao serem reproduzidos por

tanto tempo, adquirem a ideia de serem “naturais” e “próprias” aos homens e às mulheres, em outras palavras, essas construções sociais tornam-se, equivocadamente, justificáveis e legítimas ao se basearem no determinismo biológico, hoje conhecido como essencialismo (SILVA & BRABO, 2016, p. 130).

As regras sociais de gênero geram consequências como exclusão social, retaliação, insultos e violência para os indivíduos que não se identificam e decidem não seguir o padrão heteronormativo, como afirmam TOLEDO & PINAFI (2012).

Para a realização dessa pesquisa, foi utilizada a revisão narrativa de literatura, com o objetivo de reunir informações acerca do tema estudado, descrevê-las e analisá-las.

2 METODOLOGIA

Na presente pesquisa utilizou-se o método de revisão narrativa de literatura, com o objetivo de explorar as informações acerca do tema e escolher os dados pertinentes para compor essa pesquisa.

O método de revisão de literatura reúne, analisa e descreve informações de livros, artigos, teses, dissertações, acerca de um determinado tema em busca de respostas e pode ser dividida em revisão narrativa, sistemática ou integrativa. (UNESP, 2015).

De acordo com MENDES *et al.* (2008), a revisão integrativa é relatada como método de pesquisa desde 1980. Esse método realiza uma síntese de múltiplos estudos publicados, promovendo amplo conhecimento sobre um fenômeno específico e permite uma combinação de dados teóricos e empíricos, possuindo rigidez metodológica.

A revisão narrativa não possui rigidez de critérios para a seleção e análise, portanto, é o pesquisador quem decide quais os artigos e informações são relevantes para o estudo. A temática pode ser ampla ou específica, e se torna um método adequado para trabalhos de conclusão de curso (CORDEIRO *et al.* 2007).

Considerando o objetivo do estudo, optou-se pela revisão narrativa para descrever e discutir alguns dos estudos já realizados acerca do tema escolhido, sem utilizar um protocolo sistemático de seleção.

Nesta pesquisa foram realizadas buscas em sites acadêmicos acerca dos temas: gênero, papel de gênero e infância. Artigos e livros que compunham esses temas foram selecionados e lidos, em seguida as informações necessárias para compreender acerca da construção dos papéis de gênero na infância no contexto brasileiro foram inseridas nesse estudo.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Gênero

O Psicólogo e sexólogo norte americano John Money, em seus estudos acerca dos intersexuais, necessitava de um termo que o permitisse escrever sobre a vida dos pacientes hermafroditas como homem e mulher, independente de terem nascido com uma anomalia nos órgãos sexuais ou de terem feito ou não a cirurgia de reparação. Para nomear em suas pesquisas, utilizou o termo americano gender (gênero) que na língua inglesa possuía apenas uso gramatical, então o autor em 1955 utilizou a palavra gênero para definir atributos humanos de homens e mulheres e o termo se popularizou (MONEY, 1985).

De acordo com MONEY *et al.* (1956), o gênero do hermafrodita é determinado pela criação por não possuírem o sexo biológico definido, portanto é possível ver dois indivíduos com a mesma classificação física quanto ao sexo, mas com características diferentes quanto ao gênero e com isso os autores confirmam que o gênero não se vincula a fatores inatos como o sexo e sim a experiências e aprendizagens.

A historiadora JOAN SCOTT (1994, p. 13) define gênero como “saber que estabelece significados para as diferenças corporais”. A autora afirma que esse saber é instável pois varia de acordo com o tempo, cultura, grupos sociais e foi construído através da história, interferindo no presente.

Gênero também foi utilizado para sustentar a ideia de que o estudo das mulheres também inclui o estudo dos homens e realizá-los de forma separada contribui para o pensamento errôneo de que uma expressão de gênero não tem relação com a outra. E por fim, a utilização da palavra gênero rejeita a ideia de uma diferenciação baseada no sexo, trazendo a ideia de uma construção social que dita condutas adequadas aos homens e às mulheres (SCOTT, 1990). Nesse sentido:

O termo "gênero" faz parte da tentativa empreendida pelas feministas contemporâneas para reivindicar um certo terreno de definição, para sublinhar a incapacidade das teorias existentes para explicar as persistentes desigualdades entre as mulheres e os homens (SCOTT, 1990 p. 85).

A antropóloga norte-americana GAYLE RUBIN, em seu artigo *O tráfico de mulheres: Notas sobre a “Economia Política” do Sexo*, apresenta o conceito de um dispositivo de sexo e gênero. O dispositivo foi definido como “uma série de arranjos pelos quais uma sociedade

transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (RUBIN, 1975, p. 03).

Ao propor gênero como um produto da atividade humana, RUBIN (1975) dá a ideia de que ele é produzido e moldado pela cultura. Assim, essa definição refuta a ideia de que sexo e gênero são a mesma coisa.

A autora propõe sexo e gênero como complementares, integrados. O sexo é a parte biológica de cada indivíduo que não pode ser modificada enquanto o gênero é construído a partir dessa parte, sendo mutável, flexível e influenciado pela cultura. A fim de exemplificar:

O que é uma mulher do lar? Uma fêmea da espécie. Uma explicação é tão boa quanto a outra. Ela só se transforma numa criada, numa esposa, numa escrava, numa coelhinha da Playboy, numa prostituta, num ditafone humano dentro de determinadas relações. Apartada dessas relações, ela já não é a companheira do homem mais do que o ouro é dinheiro... etc. (RUBIN, 1975 p. 02).

BUTLER (1988) afirma que teóricas feministas questionam a ideia de que o sexo é determinante da experiência feminina na sociedade, buscando diferenciar as noções de sexo e gênero. A autora propõe que gênero são atos performativos, parecidos com os atos teatrais e que tem como objetivo a sobrevivência cultural, mas qualquer desvio dessa performance é punido.

Gênero não é apenas uma construção social a partir da diferença sexual, mas a própria diferença sexual é uma construção de gênero, ou seja, o suposto fato biológico é “descoberto” a partir das possibilidades culturais (BUTLER *apud* ZANELO *et al.* 2015).

BUTLER também afirma que gênero não é algo contante e estável, gênero é uma performance que devido a tantas repetições torna-se cristalizado, porém, essas repetições não são realizadas de forma espontânea, existe uma coação social que é punitiva aos desvios e por isso, o que é ser homem ou mulher se mantém preso às ideias históricas (BUTLER *apud* ZANELO *et al.* 2015).

Dessa forma, BUTLER (1988) demonstra que apesar da categoria gênero parecer um conceito subjetivo, na verdade ele é influenciado pela história e cultura. As características binárias de gênero foram reforçadas por tanto tempo que os indivíduos as seguem sem questionamentos, buscando evitar serem advertidos.

Após a definição do termo gênero, Money também utilizou o termo Papéis de Gênero para definir “todas as coisas que uma pessoa diz ou faz para se mostrar como tendo status de menino ou homem, menina ou mulher, respectivamente” (MONEY *et al. apud* MONEY 1973 p. 397, tradução nossa). Ou seja, os papéis de gênero são um conjunto de características

construídas socialmente para definir e diferenciar quais são os atributos masculinos e femininos e eles mudam de acordo com a cultura de cada lugar.

MONEY (1985) afirma ainda que os papéis não mudam rapidamente, no cérebro eles se tornam um modelo duradouro de regras de como viver. Ao seguir esse modelo, o indivíduo se torna exemplo para os demais.

SILVA & BRABO (2016) reforçam que os papéis de gênero tendem a ser vistos como naturais, levando em consideração as diferenças biológicas entre o homem e a mulher, os comportamentos e condutas considerados como essência masculina ou feminina foram sendo reproduzidos ao longo do tempo e são resultantes de uma regra social específica: a heteronormatividade.

“A heteronormatividade considera qualquer outra expressão de gênero e sexualidade, que se difere desse falso ideal, como inaceitável, logo, marginalizando-a, e, dessa forma, atuando como um mecanismo de controle para a consolidação de tal norma social” (SILVA & BRABO, 2016, p. 131).

De acordo com LAURETIS (1987), o gênero é produto de tecnologias sociais como cinema, arte, mídia, cultura, sendo também produzido nos atos da vida cotidiana e até mesmo pelo feminismo. A autora criou o termo tecnologias de gênero para representar tudo o que produz e reproduz a visão de homem e mulher, ou seja, as tecnologias de gênero influenciam um indivíduo a seguir determinadas regras sociais.

Para entender como as relações de gênero são construídas, é preciso olhar para a infância e entender como os pequenos homens e pequenas mulheres começam a perceber e aceitar o papel que lhes é estabelecido a partir do sexo biológico (SAYÃO, 2003).

Na infância, as crianças estão em constante aprendizagem e são influenciadas pelas tecnologias de gênero através de desenhos que assistem, de canções, filmes e brincadeiras como apontam MONTEIRO & ZANELLO (2014). Os filmes de animação são fortes tecnologias de gênero nessa fase, pois, os sentimentos que experimentam assistindo os filmes como raiva, tristeza, alegria, admiração e afeição pelos personagens são sentimentos parecidos com os experimentados no dia a dia.

Os livros e contos infantis costumam dar origem às histórias contadas nos filmes, portanto, a literatura também representa uma forma de tecnologia de gênero ao narrar histórias de homens fortes, poderosos e corajosos, enquanto que, retratam as mulheres como frágeis e delicadas, sempre à espera do seu príncipe encantado (NASCIMENTO, 2016). Esse enredo da princesa que sonha em encontrar seu verdadeiro amor e acaba entrando em perigo e sendo salva por um príncipe forte e corajoso é comum tanto na literatura quanto nos filmes.

“Quando o sujeito – no caso, a criança – entra em contato com esse momento teatralizado é capaz de se transformar, recorrendo ao imaginário e identificando-se/projetando-se nos personagens” (MONTEIRO & ZANELLO, 2014, p. 36).

De acordo com MONTEIRO & ZANELLO (2014), os filmes de animação colocam a beleza da mulher como atributo fundamental para conseguir status, diversão e matrimônio, é o que as torna o objeto de desejo do príncipe e demais homens do reino. Alguns filmes em que a princesa possui características peculiares, como a Bela e a Fera, a beleza é o que sustenta essas distinções.

Práticas da vida cotidiana também são tecnologias, pois reforçam os papéis de gênero. Os brinquedos divididos entre “brinquedos de menino” e “brinquedos de menina”, as brincadeiras em que as crianças precisam agir de acordo com o que é esperado e até mesmo xingamentos, que são muito utilizados para inferiorizar determinada característica ou determinado gênero.

Quando se trata de brinquedos, a família disponibiliza diferentes tipos de acordo com o gênero da criança, baseado em “valores e preconceitos da cultura patriarcal” (NASCIMENTO, 2016, p. 298). A sociedade possui uma visão da mulher como sendo dócil, delicada e passiva enquanto os meninos são educados para se tornarem homens racionais, superiores que tomam a iniciativa (OSTERNE & SILVEIRA, 2012). Portanto, são disponibilizados a eles os brinquedos que correspondem a essas características, ou seja, as meninas ficam com as bonecas e panelinhas e os meninos ficam com os carrinhos e super-heróis. Existe a possibilidade de que além disso, outro motivo para os pais não permitirem que os meninos brinquem com bonecas e as meninas com brincadeiras consideradas masculinas, é o temor de que não se descubram heterossexuais futuramente.

Essa divisão entre os brinquedos demonstra que aos meninos não são permitidos aqueles que representam cuidados com a casa e família, reforçando uma posição hierárquica do masculino sobre o feminino que gera a desigualdade entre os gêneros (NASCIMENTO, 2016). A fim de exemplificar, a autora declara:

No tocante aos brinquedos, estes são assimilados aos papéis conservadores de gênero estabelecidos pelo patriarcado, como “casinhas”, jogos de panela, pratos, vassouras e bonecas similares a bebês reais, que expressam atividades reprodutivas, exercidas majoritariamente por mulheres. Já os brinquedos para meninos, por sua vez, estão associados ao espaço público e não mantêm nenhuma relação com a paternidade, tampouco com as atividades domésticas (NASCIMENTO, 2016, p. 298).

O mundo lúdico da criança é cheio de representações e significados, conforme crescem e vivenciam os papéis de gênero através das brincadeiras e são influenciados pelas tecnologias de gênero, introjetam esses papéis e os reproduzem na vida adulta.

Culturalmente no Brasil, existe uma grande expectativa acerca do sexo do bebê e a partir de sua revelação, a família o encaixa no gênero que pensam corresponder ao sexo revelado, respeitando um binarismo cultural em que apenas é reconhecido o gênero feminino e masculino. Portanto, através de regras sociais que as famílias transmitem para as crianças na infância, do que é comportamento de menino e de menina, é construída como verdade inquestionável a ideia de que elas precisam “expressar corretamente” seu gênero de acordo com seu sexo (SILVA & BRABO, 2016).

SILVA & BRABO (2016) afirmam que após a família, a escola é a segunda instituição social que educa a criança para a “expressão correta” do seu gênero:

A infância heteronormativa, como nós denominamos, é interiorizada e instaurada por indivíduos, grupos e instituições sociais: primeiramente, pela família, pelos parentes e familiares que cercam a criança desde seu nascimento e, em seguida, pela escola, por todos aqueles que constituem o ambiente escolar e que, nos dois casos, podem ou não ter consciência das consequências dessa educação empregada à criança, seja como filho(a) ou aluno(a) (SILVA & BRABO, 2016, p. 132).

Os autores conceituam a infância como heteronormativa, pois as instituições sociais educam a criança para enxergarem apenas os relacionamentos heterossexuais como normais ou corretos. Assim, a heterossexualidade faz parte do ideal de ser homem ou mulher. A construção social do homem e da mulher é questionada quando ambos se desviam do seu papel de gênero ou quando se encontram como pessoa homossexual.

Nas instituições de ensino de educação infantil, pouco se fala em diversidade, “a escola tradicional educaria para a reafirmação do que é visto como “padrão” e “adequado” socialmente, transformando-se em reprodutora de preconceitos e ideias que não se aplicam mais ao respeito e direitos do/a outro/a” (POCAHY *et al.* 2022, p. 51).

Nas escolas, a divisão entre meninos e meninas é bastante clara. Ocorre durante as aulas, nas brincadeiras e momentos de relaxamento, nas filas para sair da sala e demais atividades. Os meninos são estimulados a brincar com os meninos e com os brinquedos considerados de meninos e as meninas brincam entre si com os brinquedos das meninas. Quando alguma criança deseja brincar ou fazer algo considerado próprio do sexo oposto, é proibido pelo educador ou é vítima de comentários vexatórios pelos colegas.

4 DISCUSSÃO

Ao longo do estudo, foi afirmado que os papéis de gênero são um modelo a ser seguido para se considerar o que é ser homem ou mulher na sociedade. É transmitido por gerações e gera punições aos que desobedecem a esse modelo. As instituições sociais presentes na vida do indivíduo são as responsáveis por preservar os papéis de gênero, “os três principais agentes de perpetuação da oposição binária entre o masculino e o feminino seriam a família, os sistemas educacionais e a mídia” (OSTERNE & SILVEIRA, 2012, p. 113).

Através das informações apresentadas nessa pesquisa, é possível confirmar que mesmo antes de nascer, o sujeito já é encaixado em um gênero determinado pela família e ao longo da infância é conduzido a experimentar e reproduzir seu papel de gênero por meio do lúdico, dos valores e aprendizados que recebe na família e escola e também através das tecnologias de gênero que o influenciam.

Segundo NASCIMENTO (2016), nas escolas existe uma postura diferenciada de alguns professores quanto ao tratamento de meninos e meninas em sala de aula e suas particularidades. Dessa forma, a escola se torna reforçadora da visão de que existem características e atitudes que diferenciam os alunos quanto ao gênero.

É preciso repensar as práticas em sala de aula para que a individualidade de cada criança seja respeitada, “nessa perspectiva, devemos trabalhar para que as relações sociais de gênero, desde a educação infantil, sejam pautadas no respeito, na ideia de que todos e todas, independente da sua identidade sexual, são sujeitos de direitos” (SILVA & BRABO, 2016, p. 138).

Em relação as mídias sociais que são formas de tecnologias de gênero como a música, teatro, cinema, desenhos, entre outros, OSTERNE & SILVEIRA (2012, p. 114) afirmam que “os meios de comunicação reforçam os estereótipos construídos sobre homens e mulheres e alcançam praticamente todas as pessoas, o que aumenta seu poder de reprodução ideológica.”

Este estudo se dedicou a estudar a fase da infância, mas é necessário entender que essa fase não é a única definidora da vida adulta do indivíduo.

Apesar das crianças receberem influências do que é próprio do menino e da menina na infância, a visão individual de cada uma ao crescer é o que vai determinar se o padrão imposto será seguido ou se um pensamento crítico acerca das regras sociais será desenvolvido (POCAHY *et al.* 2022). As crianças podem se tornar adolescentes ou adultos em desconformidade com os padrões impostos e que buscam refletir acerca de seus pensamentos, sua identidade e sexualidade, mas essa decisão acarreta em prejuízos a essas pessoas.

Os indivíduos que não se encaixam no padrão binário e heteronormativo se deparam com uma difícil escolha: expor sua divergência aos padrões impostos e aceitar as consequências ou inibir sua verdadeira identidade e viver de acordo com as regras sociais mesmo sem concordar com elas. Ambos os caminhos terão altos custos em várias as áreas da vida, como afirmam SILVA & BRABO (2016, p. 136):

As crianças que possuem a sorte de sua identidade corresponder a essa norma social serão privilegiadas, não precisarão ser condicionadas e ensinadas como realmente devem se comportar, enquanto as crianças que não correspondem à norma são, automaticamente, discriminadas e marginalizadas no meio social, e, dentro dele, no ambiente escolar.

Os indivíduos que não se encaixam nos padrões de gênero e sexualidade, sofrerão com exclusão, retaliação e ostracismo (TOLEDO & PINAFI 2012). As punições recebidas pelos sujeitos que se desviam da regra se iniciam pelas instituições sociais, que são as primeiras a impor o que é certo e errado de acordo com um padrão heteronormativo e na vida adulta, essas pessoas estão sujeitas aos julgamentos da sociedade em geral.

“Qualquer um que seja dissidente das normativas impostas sofre algum tipo de estigma (doente, anormal, devasso, insano, pecador, estranho, etc.), quando não é constrangido, coagido, excluído, humilhado e sutil, ou explicitamente violentado devido a sua diferença” (TOLEDO & PINAFI, 2012, p. 146).

Em relação aos indivíduos que escolhem omitir a sua desconformidade com os padrões, mesmo ao se esconder ainda se tornam vítimas de repressão, pois, por mais que declarem seguir as normas sociais, acabam por vezes deixando transparecer algumas divergências e essas repressões acarretam prejuízos na saúde mental.

O espaço escolar tradicional possui uma visão engendrada dos sujeitos, realizando constantemente a separação de meninos em meninas em regras, ambientes, nas brincadeiras e nas aulas. Um exemplo é a aula de educação física, onde os meninos ficam livres com a quadra para jogar futebol e outras brincadeiras com a bola enquanto que as meninas brincam em espaço separado, com outras atividades.

Segundo POCAHY *et al.* (2022), a educação atual ainda se preocupa mais com o conteúdo escolar do que com a formação em diversidade, inclusão e desconstrução dos estereótipos em sala de aula. As meninas continuam sendo vistas como menos capazes e assuntos como diversidade ainda não são levantados.

De todo modo, ainda que a escola possua uma visão diferenciada que seja inclusiva para as diferenças, ao tentar implementar diferentes práticas, pode se deparar com resistências da

família do aluno, que não aceitam as mudanças. Um exemplo é o Dia da Família implementado nas escolas no lugar do dia dos pais e do dia das mães para ser mais inclusivo com a diversidade familiar dos alunos, mas é duramente criticado pelas famílias mais tradicionais.

Padrões destes meios sociais em que as crianças estão inseridas, como família e escola, reforçam os padrões já construídos antes do nascimento e não permitem espaço para a construção de outras possibilidades de experiência deste ser.

5 CONCLUSÃO

As crianças aprendem desde cedo o que é coisa de menino e coisa de menina, os papéis de gênero são transmitidos pela família e escola e os desvios desses papéis enfrentam fortes resistências. Quando as crianças crescem e não desenvolvem um pensamento crítico acerca do que lhes foi ensinado, tendem a reproduzir esses papéis aprendidos.

Na vida adulta, essa separação do que é papel do homem e da mulher contribui para desigualdades entre os gêneros e tem reflexos na educação, na política, no trabalho, entre outros. Nesses contextos, normalmente a mulher assume um lugar desprivilegiado, afinal, a menina que aprendeu brincando a cuidar da casa e da família e não experimentou outros papéis, nem sempre consegue se desviar desse padrão, “esses mecanismos de propagação da ideologia machista e patriarcal constroem, solidificam, naturalizam as desigualdades entre homens e mulheres” (OSTERNE & SILVEIRA, 2012, p. 103). Percebemos relações sociais onde há o poder do homem, a sobrecarga e o silenciamento das mulheres e este padrão contribui para o aumento dos números de desigualdade e violência nas relações.

A educação é a chave para desconstruir essas regras sociais, uma educação libertadora que não coloque barreiras nas brincadeiras, no modo de agir e falar, nos espaços que cada um deve ocupar pode colocar a criança no centro de sua própria vida, decidindo por si mesma qual o caminho deverá seguir. Mas para isso, é necessário que os papéis de gênero sejam trabalhados e desconstruídos pelas famílias, para que o medo de que as crianças se tornem homens e mulheres que não se encaixem nos padrões seja menor do que a vontade de que os filhos se tornem adultos saudáveis, felizes e com saúde mental em dia.

Diversidade e inclusão devem ser temas debatidos entre profissionais da educação infantil, para discutir acerca de como criar um ambiente escolar mais igualitário, que não reforce a separação entre meninos e meninas.

A psicologia pode contribuir para essa promoção da diversidade de gêneros e sexualidade realizando trabalhos acerca do tema em escolas, com professores e alunos,

realizando pesquisas e promovendo debates para refletir acerca das desigualdades e promover o pensamento crítico. Quanto a clínica, é importante se atentar para os preceitos éticos, sem produzir juízo de valor e prezando sempre pelo respeito ao paciente e sua individualidade. Como afirma TOLEDO & PINAFI (2012, p. 157), “a clínica não deve enrijecer seu paciente numa uma identidade rígida, seja ela homossexual ou heterossexual, mas deve produzir liberdade de fluxo plena de responsabilidades, permitindo possibilidades e outras configurações do sujeito.”

Em relação a família, em uma visão otimista, pode-se esperar que com o crescente avanço da tecnologia e acesso à informação, exista uma maior possibilidade de desenvolverem um pensamento crítico acerca do papel do homem e da mulher na sociedade e que isso possua reflexos positivos na criação dos filhos. Mas a cristalização dos papéis de gênero será sempre um empecilho nesse processo de tomada de consciência.

Os papéis de gênero são cristalizados a muitos anos e seus questionamentos são relativamente recentes, são necessários mais estudos e pesquisas atuais sobre o tema para que os estereótipos sejam superados e para que a infância das crianças seja marcada pelo respeito a diferenças, pela igualdade e pela diversidade.

6 REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. 1988. **Caderno de leituras**, n. 78. Traduzido por Jamille Pinheiro dias, 2018. Disponível em: [fihttps://chaodafeira.com/wp-content/uploads/2018/06/caderno_de_leituras_n.78-final.pdf](https://chaodafeira.com/wp-content/uploads/2018/06/caderno_de_leituras_n.78-final.pdf). Acesso em: 09/09/2023.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. 1990. 24. ed. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2023.

CORDEIRO, Alexander Magno; DE OLIVEIRA, Gloria Maria; RENTERIA, Juan Miguel; GUIMARÃES, Carlos Alberto. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Revista docolégio brasileiro de cirurgões**, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-69912007000600012>. Acesso em: 18/09/2023.

DE LAURETIS, Teresa. A Tecnologia do Gênero. **Indiana University Press**, pp. 1-30, 1987. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4535601/mod_resource/content/1/LAURETIS%2C%20Teresa%20de%20-%20%20A%20Tecnologia%20do%20Genero.pdf. Acesso em: 23/08/2023.

FRÓIS, Érica Silva. A construção da expressão de gênero na infância: do gesto à palavra. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, 15(2), São João del-Rei, abril-junho de 2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v15n2/06.pdf>. Acesso em: 25/11/2023.

GONÇALVES, Marllon Caceres; GONÇALVES, Josiane Peres. Gênero, identidade de gênero e sexualidade: conceitos e determinações em contexto social. **Revista Ciências Humanas - Educação e Desenvolvimento Humano** - ISSN 2179-1120 - v14, e25, 2021. Disponível em: https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/863045/mod_resource/content/1/G%C3%8ANERO%2C%20IDENTIDADE%20DE%20G%C3%8ANERO%20E%20SEXUALIDADE%20CONCEITOS%20E.pdf. Acesso em: 25/11/2023.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão Integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, Out-Dez; 17(4): 758-64, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>. Acesso em: 21/09/2023.

MONEY, John. The conceptual neutering of gender and the criminalization of sex. **Archives of Sexual Behavior**, 14(3), 279–290, 1985. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/BF01542110>. Acesso em: 30/08/2023.

MONEY, John. Gender role, gender identity, core gender identity: usage and definition of terms. *J. Amer. Acad. Psychoanalysis*, 1(4): 397-403. 1973. Disponível em: Gender Role, Gender Identity, Core Gender Identity: Usage and Definition of Terms, Journal of the American Academy of Psychoanalysis | 10.1521/jaap.1.1973.1.4.397 | DeepDyve. Acesso em: 30/08/2023.

MONEY, John; HAMPSON, Joan G; HAMPSON, John L. Imprinting and the establishment of gender role. 1956. Disponível em: Imprinting and the Establishment of Gender Role, A.M.A. Archives of Neurology & Psychiatry | 10.1001/archneurpsyc.1957.02330330119019 | DeepDyve. Acesso em: 30/08/2023.

MONTEIRO, Clara; ZANELLO, Valeska. Tecnologias de gênero e dispositivo amoroso nos filmes de animação da Disney. **Revista Feminismos**, v. 2, n. 3, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/19538>. Acesso em: 29/05/2023.

NASCIMENTO, Antônia Camila. A influência da ideologia patriarcal na definição dos brinquedos infantis. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, v. 14, n. 37, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/25399>. Acesso em: 29/05/2023.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira; SILVEIRA, Clara Maria Holanda. Relações de gênero: uma construção cultural que persiste ao longo da história. **O público e o privado**, N° 19, Janeiro/Junho, 2012. Disponível em: Vista do Relações de gênero (uece.br). Acesso em: 26/09/2023.

POCAHY et al. Brinquedo, gênero e educação infantil: uma análise de experiências em salas de aula. **Educação em Revista**, Marília, v.23, n. 01, p. 43-60, 2022. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/12868/8585>. Acesso em: 03/09/2023.

RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres: Notas sobre a “Economia Política” do sexo. 1975 Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1740519/mod_resource/content/1/Gayle%20Rubin_trafico_texto%20traduzido%20\(6\).pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1740519/mod_resource/content/1/Gayle%20Rubin_trafico_texto%20traduzido%20(6).pdf). Acesso em 26/07/2023.

SAYAO, Déborah Thomé. Pequenos homens, pequenas mulheres? Meninos, meninas? Algumas questões para pensar as relações entre gênero e infância. **Pro-Posições**, v. 14, n. 3, p. 67-87, 2003. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643862>. Acesso em: 29/05/2023.

SCOTT, Joan. Prefácio a gender and politics of history. **Cadernos Pagu** (3) 1994: pp. 11-27. Disponível em: [https://ieg.ufsc.br/public/storage/articles/October2020/Pagu/1994\(3\)/Scott.pdf](https://ieg.ufsc.br/public/storage/articles/October2020/Pagu/1994(3)/Scott.pdf). Acesso em: 01/09/2023.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 71-99, 1990. Disponível em: Vista do Gênero: uma categoria útil de análise histórica (ufrgs.br). Acesso em: 04/09/2023.

SILVA, Matheus Estevão; BRABO, Tânia Suely. A introdução dos papéis de gênero na infância: brinquedo de menina e/ou de menino? **Trama Interdisciplinar**, São Paulo, v. 7, n. 3, p. 127-140, set./dez. 2016. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tint/article/view/9856>. Acesso em: 29/05/2023.

TOLEDO, Livia Gonsalves; PINAFI, Tânia. A clínica Psicológica e o público lgbt. **Psic. Clin.**, Rio de Janeiro, vol. 24, n.1, p. 137 – 163, 2012. Disponível em: *A clínica psicológica e o público LGBT.pdf. Acesso em: 26/09/2023.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, Faculdade de Ciências Agrônomicas, Botucatu. Tipos de revisão de literatura. 2015

ZANELLO, et al. Saúde Mental e Gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 27, n. 3, p. 238-246, set.-dez. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1483>. Acesso em: 29/05/2023.

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2018.